

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ANGELA MARIA DA SILVA**

**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS PELA EAD E A LEI 10639.**

**CURITIBA**

**2018**

**ANGELA MARIA DA SILVA**

**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS PELA EAD E A LEI 10639**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Mídias Integradas na Educação, em 2018, do Setor de Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Noemia Hepp Panke

**CURITIBA**

**2018**

## Formação de Pedagogos pela EaD e A Lei 10639

**Angela Maria da Silva**

### RESUMO

O Brasil, por seu processo histórico, teve como base política a exploração, tendo a escravidão como um processo de modificação de cultura de uma forma mercantilista. Os africanos foram privados de sua memória cultural e obrigados a seguir os modos de vida eurocêntricos. Entretanto, desde a escravidão surgiram movimentos de resistência, como movimentos sociais organizados politicamente, para exigir reparações e reconhecimento na importância dos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira. Nesse processo de lutas tem-se a criação de Leis e Diretrizes que forçam esse reconhecimento. A lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, bem como, as Diretrizes Curriculares Nacionais para diversos níveis da educação brasileira vieram como uma conquista desses movimentos organizados. Esse fato resultou na indagação, neste artigo, sobre a formação dos pedagogos nas universidades que oferecem a Educação a Distância (EaD) e o uso das mídias nesse processo. A metodologia usada foi a qualitativa, através de entrevista semiestruturada, com alunas do sexto período e formandos do curso de Pedagogia EaD, da Universidade UNOPAR, localizada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, número 45, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná. Constatou-se que uma formação de qualidade é de grande importância para a efetivação da lei 10.639/2003.

**Palavras-chave:** Formação de Professores. Mídias. Lei 10.639/2003. EaD.

### 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa apresentar se formação do curso de pedagogia EaD da UNOPAR atende às prerrogativas da lei em relação à obrigatoriedade do ensino da disciplina Relações Étnico Raciais, utilizando as mídias impressas e webs aulas.

Os objetivos propostos nesta pesquisa são explicitar como está acontecendo a formação dos professores do curso de pedagogia EaD da UNOPAR na disciplina de Relações Étnico Raciais usando as mídias impressas e nas webs aulas. Possibilitar, por meio de revisão de literatura, conhecer a importância cultural do

negro na História do Brasil. Entrevistar formandos do curso EaD da UNOPAR em relação à abordagem da disciplina de Relações Étnico Raciais.

Novas Diretrizes Curriculares para o estudo da História e Cultura Afro Brasileira foram propostas a partir da Lei 10.639/03. Sendo assim, os professores devem ensinar em sala de aula a cultura afro-brasileira como formadora da sociedade brasileira, tendo o negro como sujeito histórico, em que suas ideias e pensamentos sejam valorizados, levando ao conhecimento a importância da cultura (culinária, dança, música) e as religiões de matriz africanas.

Juntamente com a Lei 10639/03 foi instituído o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, dia da morte de Zumbi dos Palmares, líder do quilombo dos Palmares. Esse dia é marcado pela luta contra o preconceito racial, uma conquista do movimento negro no Brasil.

Sendo assim, o trabalho com essa temática em sala de aula torna-se um desafio. Por isso, as universidades que oferecem o curso de Licenciatura em Pedagogia em EaD precisam formar professores capacitados para tal.

Portanto, analisar como esse processo de ensino está sendo feito torna-se relevante para uma melhor compreensão do estudo proposto.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Abordar o preconceito torna-se cada vez mais indispensável no debate educacional do Brasil. A LDB 9394/96 deixa claro que se deve trabalhar a diversidade étnico-racial no âmbito da educação.

A modalidade de Educação a Distância tem como finalidade desenvolver e preparar o aluno de forma que a teoria e a prática proporcionem uma construção social, cultural e racial. É sobre essa perspectiva que surgem perguntas sobre o desafio na formação de professores, tendo uma forma crítica e de reflexão, no que se refere à lei 10.639/2003 junto à formação dos estudantes de Pedagogia.

O curso de Pedagogia propõe a formação de profissionais da educação para trabalhar em vários setores sociais, incluindo as necessidades econômicas e sócio culturais. Sendo assim, a formação dos profissionais deve estar de acordo com a lei 10.630/2003, que altera a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN), de 1996, incluindo-se o Art.26 A79 B, e também as Diretrizes Curriculares para a Educação das relações Étnico-Raciais.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra (LDBEN, 1996).

Segundo Gomes (2005), essas legislações permitem que a escola analise e informe sobre a contribuição da população negra na História, como um todo da população negra, na construção da sociedade brasileira. Isso se dá devido à luta do movimento negro, que exigiu uma forma de convivência mais igualitária e justa, no setor das relações e também na educação.

Candau (2011) confirma essa informação ao ser a favor de que a escola deve ser um espaço de construção expressiva, assim como Sacristán (2000, p. 55) reforça que: "sendo uma escolaridade obrigatória às necessidades se tornam essenciais na construção de uma sociedade justa, o respeito pela diversidade, seja ela cultural, política ou religiosa".

A educação a distância (EaD) tem grande importância nos dias atuais na formação de muitas pessoas e vem sendo uma alternativa cada vez mais viável para perfis bem específicos da sociedade. Utilizando a tecnologia como ferramenta de ensino, possui instrumentos inovadores e de fácil acesso.

A política EaD e continuada no Brasil tem como um de seus suportes a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 que em seu Art. 80 diz que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (LDBEN, 1996).

Regulamentando o Art.80, da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 (LDB), tendo em vista o disposto no § 1º do Artigo 80, da Lei nº 9.394, determina que :

Tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, determina que “os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedece às exigências de autorização, reconhecimento (LDB, 1996).

A EaD no Brasil tem seus primeiros registros no fim do século XIX, quando agricultores aprendiam por correspondência (MARQUES 2004), utilizando-se de diferentes tecnologias, desde apostilas enviadas pelos correios, rádio, televisão e atualmente, os computadores.

Segundo Dovicchi (2004), já no século XVIII, um anúncio de jornal em que um professor oferecia aulas de taquigrafia por correspondência (ALVES, ZAMBALDE E FIGUEIREDO, 2004).

Por volta de 1904, escolas privadas internacionais ofereciam cursos a distância, mais tarde criou-se o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro, quando apostilas eram entregues pelos correios e, com a ajuda do rádio, que transmitia as aulas três vezes por semana, os alunos acompanhavam as aulas através das apostilas. Na década de 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Governo Federal e a Igreja Católica também usaram esse modelo de ensino-aprendizagem.

Para Marques (2004) era o programa que operava principalmente, através de ensino por correspondência. Foi com o sistema Nacional de Tele-educação, que a televisão surgiu como uma modalidade de EaD, chamado também de Telecurso.

O processo de implementação dessa ferramenta de ensino-aprendizagem passou por uma etapa de experimentação e aceitação pela sociedade como um todo, mercado de trabalho, profissionais de educação e instituições de regulamentação e controle de ensino, principalmente o MEC.

Com os avanços da tecnologia, destacando-se as tecnologias de informação, *web* conferências, slides, vídeos, vídeos aulas, a EaD teve um grande impulso, dando destaque para esse tipo de ensino. Por ter uma metodologia diferente de

ensinar e aprender, distinta do ensino presencial, o aluno não tem um horário rígido nem a obrigatoriedade de estar em uma sala de aula diariamente, respeitando o ritmo de cada aluno.

Segundo Ladim (1997,p.10) existe uma diferença ente ensino a distância e educação,

O termo ENSINO está mais ligado às atividades de treinamento, adestramento, instrução. Já o termo EDUCAÇÃO refere-se à prática educativa e ao processo ensino-aprendizagem que leva o aluno a aprender a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio conhecimento (LADIM, 1997, p.10).

A sociedade está sempre em transformação e a educação não pode deixar de acompanhar as mudanças. Assim, a EaD fornece uma democratização do acesso em que o aluno é o centro do processo de aprendizagem. A formação EaD exige uma infraestrutura, interativa pela qual o aluno interaja através da tecnologia. Nesse contexto, os cursos de graduação, além da infraestrutura física conta com uma equipe de coordenadores, professores e tutores. Nesse processo o professor se torna o mediador, já que o aluno tem que ter autonomia para planejar seu tempo de estudo e realizar as atividades.

Estabeleceram-se diretrizes, que em suma são as mesmas do ensino regular, o que a diferencia é a incorporação de tecnologias, que dão suporte para cursos de qualidade.

A LDB/96, visando valorizar os profissionais de educação, estabeleceu que até o ano de 2006 todos os docentes admitidos teriam que ter formação em nível superior em cursos de licenciatura. A falta de igualdade no ensino no país tem na EaD uma opção excelente para atender pessoas que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino regular.

As universidades que oferecem o curso de licenciatura em Pedagogia em EaD são um exemplo de educação em distância em destaque. Possuem uma infraestrutura material para as aulas presenciais, com *web* aulas, fórum de discussão em que o aluno aprende e interage com outros estudantes, possibilitando o acesso de pessoas de todos os municípios do país. Conta com coordenadores, professores especialistas, tutores virtuais e tutores presenciais.

É um ambiente virtual em que os alunos podem acessar os conteúdos e videoaulas usando a internet, de seus celulares ou computadores. Eles podem ou não, ser complementados com material impresso, como livro e apostilas. Portanto,

oferecem um ensino de qualidade, flexível que se adapta às necessidades, diferentes situações e avanços da sociedade.

Analisando o papel das mídias no processo de ensino percebe-se que elas desempenham um papel importante, e devem ser analisadas com cuidado para que seu uso atinja os objetivos no ensino.

Brandão (2003) diz que a educação tem em seu processo a produção de ideias, crenças e especialidades, envolvendo as trocas de produtos e símbolos que formam as sociedades.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação em seu Art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Apesar de existirem inúmeras mídias utilizadas na formação das EaD, a mídia impressa (como manuais, livros, apostilas) permanece como um recurso em destaque, sendo uma das mais utilizadas.

Segundo Neder (2009, p. 18), “[...] os professores devem ter presente que tudo que deveria ser dito ou trabalhado em uma sala de aula convencional com a presença do professor deve ser levado em consideração no planejamento de ensino por meio da auto aprendizagem”.

consideração no planejamento de ensino por meio da autoaprendizagem1”

Para Preti (2013), o material didático impresso é de grande importância no processo de ensino a distância pois “é uma forma de materializar” a presença do professor e do conhecimento que se quer transmitir e se considera fundamental na formação do leitor”

[...] você está produzindo um texto para um aluno que não estará frente a frente com você. Por isso, seu texto deve permitir uma leitura sem problemas o que pressupõe sua preocupação com o uso de vocabulário acessível ao nível cultural de seu aluno, com conhecimento prévio dele sobre o assunto, com suas leituras anteriores (NEDER, 2009, p. 31).

Não se pode falar em EaD sem falar da *web* aula que, juntamente com a mídia impressa, está em papel de destaque nesse conceito de ensino e precisa estar em concordância com o currículo, considerando o conteúdo, tarefas e atividades associadas a elas para atingir seu objetivo.

De acordo com Santoro (2002) destacam-se as teorias em ambientes de aprendizagem virtuais sendo que um dos fatores mais importantes que regulam a colaboração é a teoria de aprendizagem a qual a interação será baseada.

Atualmente, os cursos a distância utilizam a Internet como recurso áudio visual em seu ambiente de aprendizagem.

A *web* aula, nesse sentido, trata de uma nova forma de ensino. É por meio dela que o aluno e professor interagem para realizar as atividades de forma síncronas e assíncronas pelo ambiente virtual (AVA). De forma a simular, uma aula presencial promove interação, conhecimento, comunicação e avaliação de um modo mais amplo, utilizando de forma ampla, as Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

Portanto, pode-se definir a *web* aula como uma aula realizada na *web*, com características próprias para esse ambiente de interação. A *web* aula tem em seu formato uma escrita com objetivo acadêmico, transmitindo, criando e proporcionando ao aluno, aprender a aprender.

Freire ( 2002, p 27) sobre a interação professor-aluno diz,

[...] o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos o que está submetido seu ato. (FREIRE, 2002, p. 27).

Nesse contexto, a Pedagogia tem um compromisso social e moral. Para Gomes (2011 p. 15), “a escola deve ser concebida como cruzamento de culturas, sendo a socialização o seu mentor no direcionamento a construção da autonomia e identidade”.

Seguindo o mesmo pensamento, Hall (20011, p.13) diz: “a identidade é definida historicamente e não biologicamente e os fluxos culturais, entre as nações, criam a possibilidade de identidades compartilhadas entre as culturas distintas”.

Perrenoud (2000) e Candau (2010) afirmam em seus estudos que uma educação deve ser significativa e coerente com a metodologia de ensino-aprendizagem, implicando que um professor/a que irá atuar como o ator principal na ação pedagógica, reflita, de maneira adequada, articulando-se e se posicionando

com domínio, sobre as questões econômicas, políticas e sociais presentes na sociedade, incluindo-se aí, o que diz respeito da questão racial.

Os cinco eixos teóricos que são pertinentes à educação das relações Étnico-Raciais que consistem na Lei 9394/1996(LDBN) e na Lei 10.639/2003, juntamente com as Diretrizes.

Nesse contexto, Gimeno Sacristan (2000), Tomás Tadeu da Silva (2010) abordam as teorias do currículo; e as questões étnico raciais, Nilma Gomes (2010), Kabelengue Munanga (2012), e Silvani Valentim (1990). Também, Vera Maria Candau (2010), Phillippe Perrenoud (2000) Libânio (2002) são estudiosos que discutem a formação de professores, em especial as questões multiculturais.

Aborda-se e dialoga-se também sobre a Educação a Distância, através dos estudos de Lévy (1999) e Guarezi (2009), almejando discorrer da abordagem da formação do professor/a e as questões Étnico Raciais na modalidade a Distância.

Gomes (2012) mostra a importância de se avaliar essas probabilidades e suas consequências na formação de professores em sala de aula. Segundo Munanga (2005), é preciso formar alunos capazes de uma forma crítica que reflète sobre suas práticas educativas e não como mero reproduzidor de conceitos.

Passos (2008, p. 17), salienta,

[...] também o vazio no processo de formação de professores que, mesmo acessando ao ensino superior, têm recebido pouca formação para as relações étnico-raciais, e a formação em serviço que pouco diálogo tem com as questões da diversidade. A exemplo disso, podemos lembrar da Pluralidade Cultural, introduzida como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, que pouco influenciou nos conteúdos, materiais didáticos e práticas pedagógicas.

Gomes (2012) afirma necessidade de se analisar esses aspectos e implicações em sala de aula. Para Lévy (1999), a regência tem dois valores: alteridade e autonomia. Já Valentim (1990) confirma a necessidade de a cultura afro-brasileira ser ensinada nas escolas para que as crianças negras tenham orgulho de seu pertencimento racial, sua origem e sua formação de identidade.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de natureza qualitativa, que segundo Fonseca (2002, p. 20) “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantitativos, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

A metodologia empregada foi o estudo de campo em que, conforme Gil (2002, p. 53):

A pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Estes procedimentos geralmente são conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagens e fotografias (GIL, 2002, p.53).

Verificou-se por meio de revisão de literatura e também de entrevistas semiestruturadas com alunas do sexto e oitavo semestre, formandos do Curso de Pedagogia da Universidade UNOPAR, em Curitiba, se o curso de pedagogia EaD dessa Universidade atende às prerrogativas da Lei em relação à obrigatoriedade do ensino da disciplina “Relações Étnico Raciais”, utilizando as mídias impressas e as *web* aulas.

### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O estudo realizado contou com a participação de 20 estudante do curso de pedagogia, 16 do sexto semestre e 4 do sétimo semestre, sendo que destes alunos 17 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino que responderam ao questionário (APÊNDICE A). Os entrevistados em sua maioria, estão na faixa etária entre 21 a 50 anos.

Na entrevista interrogou-se se os entrevistados já conheciam a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro Brasileira e Africana nos currículos escolares da educação básica e 100% dos entrevistados respondendo que sim.

Ao se perguntar sobre o material impresso disponível sobre as aulas que tratavam dessa temática, 100% responderam que receberam um livro para auxílio nas aulas e que tinham os *slides* das *web* aulas disponíveis para impressão, mas que por motivos variados nem sempre imprimiam. Ressaltaram que o curso utiliza uma plataforma pela qual os alunos têm acesso ao conteúdo digital.

Outro questionamento foi sobre as *web* aulas, quando 100% dos alunos afirmaram ter uma matéria com 4 aulas sobre o assunto; Educação, Cidadania e Diversidade: Relações raciais.

Ao serem perguntados se o currículo do seu curso atingia o entendimento sobre as questões étnico-raciais, os entrevistados pontuaram que o tema devia ser mais abordado e debatido durante a formação do curso de Pedagogia, nessa Universidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do presente artigo buscou-se fundamentar a aplicação da Lei 10.639/2003, que tem em seu texto a obrigatoriedade do ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana, utilizando as mídias impressas e *web* aula, na Universidade UNOPAR, com alunos do sexto e sétimo semestre, do curso de Pedagogia.

Considerando os aspectos teóricos que foram levantados, procurou-se refletir sobre a Cultura Africana e os aspectos colonizadores e suas consequências para a manutenção do eurocentrismo na sociedade brasileira.

É sabido que em um curso de formação EaD, a utilização das mídias impressas e *web* aulas são essenciais na formação de pedagogas. Nesse sentido, procurou-se através de entrevistas semiestruturadas, chamar atenção para a efetivação da Lei 10.639, nessa universidade.

A partir da análise constatou-se a existência de uma disciplina com quatro *web* aulas e um livro que contempla a obrigatoriedade do ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Contudo, ainda há muitas medidas a se tomar na questão do uso de mídias na formação de pedagogas a respeito da Lei 10.639, para o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. De 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino e obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF, 2003.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 19/04/2018

CANDAU, Vera Maria, Antônio Flávio (Org.). Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas In: GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03**. Brasília, julho de 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES N. I. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03. Brasília. MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

\_\_\_\_\_. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. 2011**. Disponível em <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em: 11/11/2017.

GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: IBEPX, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2011.

LADIM, Claudia Maria das Mercês Paes ferreira. **Educação à Distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: s.n. 1997.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 260p.

MARQUES, Camila. **Ensino a distância começou com cartas a agricultores – publicação de Folha on line de 29/09/2004, acessado e 03 dez 2016 em** : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u396511.shtml>

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. revisada / Kabengele Munanga (org.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

NEDER, M. L. C. **A formação do professor à distância: desafios e inovações na direção de uma prática transformadora**. Cuiabá, EdUFMT, 2009

PASSOS, J.C. O projeto pedagógico escolar e as relações raciais: a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. In: SPONCHIADO, Justina Inês et al. (Org.). **Contribuições para a educação das relações étnico-raciais**. Florianópolis:Letras Contemporâneas, 2008.

PRETI, Oreste. Professor da UFMT fala sobre os desafios da produção de material didático para a EaD. Entrevista. jun. 2013. Universidade Federal de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Graduação. Centro de Apoio à Educação a Distância. Acesso em 24 abril 2018 Disponível em <https://www.ufmg.br/ead/sitee/index.php/junho/320-professor-da-ufmt-fala-sobre-os-desafios-da-producao-de-material-didatico-para-a-ead>

SANTORO, Flavia M.; Borges , Marcos R.S.; Santos Neide. **Ambientes da Aprendizagem do Futuro: Teoria e tecnologia para cooperação**. XIII Simpósio Brasileiro de Informática e Educação – SBIE.

SANTOS, Silvana dos ; CARBONERA, Maria. **A EAD na Formação Continuada de Professoras e professores**. Acesso em 03 dez. 2016 em [http://www.ead.sept.ufpr.br/moodle/pluginfile.php/20211/mod\\_resource/content/1/Material\\_Did%C3%A1tico\\_M%C3%B3dulo\\_Introdu%C3%B7%C3%A3o.pdf](http://www.ead.sept.ufpr.br/moodle/pluginfile.php/20211/mod_resource/content/1/Material_Did%C3%A1tico_M%C3%B3dulo_Introdu%C3%B7%C3%A3o.pdf)

TRINIDAD C. T. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In: BENTO, M. A. da Silva. (org.), **Educação Infantil igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. SÃO PAULO: CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade, 2012, v. 01, p. 117-191, p. 119-137, 2012.

## APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - UNOPAR

Pesquisa: FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS EaD E A LEI 10639.

Estudantes de Pedagogia: entrevista com estudantes de pedagogia na modalidade Educação a distância (EaD).

Objetivo: explicitar como está acontecendo a formação dos professores do curso de pedagogia EaD da UNOPAR na disciplina de Relações Étnico Raciais usando as mídias impressas e nas webs aulas.

1. Nome:

2. Sexo:

3. Idade:

4. Você conhece a Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica?

5. Há uma disciplina que aborda a temática das relações étnico-raciais no seu curso na web aula?

6. A universidade fornece material impresso para o auxílio dessa temática?

7. Você acha que o currículo do seu curso contempla a temática das Relações Étnico-raciais de forma efetiva?